

POLÍTICA

TARCÍSIO HOLANDA

Congresso pára em julho

Parece definitivamente afastada a possibilidade de convocação extraordinária do Congresso Nacional, durante o mês de julho. O líder do Governo no Senado, Elcio Álvares, observa que a convocação não interessa a ninguém: o Congresso, cansado, não vê a hora de desfrutar do recesso legislativo; o presidente Fernando Henrique Cardoso, satisfeito com o andar da caruagem das reformas, tem duas semanas de viagens em julho e julga que o restante do processo de votação poderá ser encerrado em agosto.

Nos círculos íntimos do poder, era o vice-presidente Marco Maciel quem defendia a tese de que era conveniente aos interesses do próprio Governo deixar que o Congresso tivesse o seu recesso normal de julho. Com boas razões, o vice-presidente entende que, depois de um período tão intenso de votação, é conveniente deixar os parlamentares tomar fôlego com uma boa temporada de descanso. O contrário, seria estimular votações estafantes e nervo-

sas, que podem dar sempre resultados negativos.

O veloz ritmo imposto pela Câmara dos Deputados ao processo de votação surpreendeu o Governo, o País e os próprios adversários das mudanças, que estão perplexos diante da facilidade com que elas vêm sendo aprovadas. A expectativa, segundo o líder do Governo no Senado, é a de que as emendas constitucionais aprovadas na Câmara passem pelo Senado, nos dois turnos de votação, na forma original, para evitar que tenham de voltar para nova e tortuante rodada na Câmara.

A Câmara tem, na próxima quarta-feira, o segundo turno de votação da emenda da cabotagem, que não deverá registrar maiores problemas, pelo menos na avaliação do líder do Governo naquela Casa, deputado Luiz Carlos Santos. Está mantido o cronograma que prevê a votação, em segundo turno, da emenda das telecomunicações no dia 6 de junho e, no dia seguinte, o primeiro turno da explosiva emenda que flexibiliza o monopólio do petróleo.